

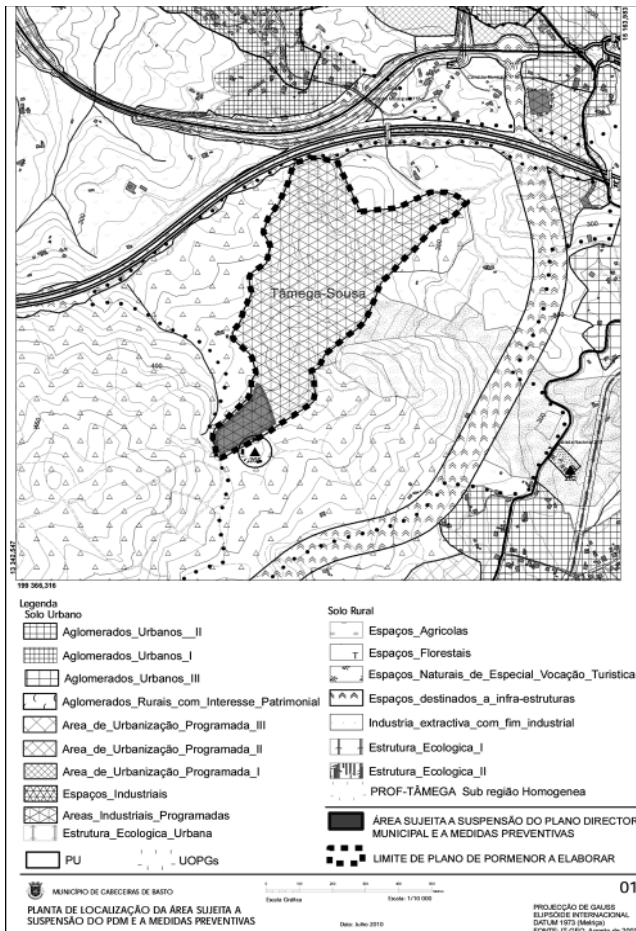
postos de trabalho que directamente poderão resultar da sua construção, para o desenvolvimento da economia local. A referida suspensão do PDM implica o estabelecimento de Medidas Preventivas, nos termos do n.º 8 do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, cujo texto se publica em anexo ao presente aviso. “Prazo de suspensão parcial do PDM”. A suspensão parcial do PDM e respectivas Medidas Preventivas vigoram pelo prazo de dois anos a contar da data da presente publicação, prorrogável por mais um ano, o mesmo acontecendo com as medidas preventivas que lhe estão associadas. “Incidência territorial da suspensão”. A área objecto da Suspensão Parcial do PDM de Cabeceiras de Basto (20.000,00 m²), localiza-se na Área Industrial Programada de Morgade, na freguesia de Arco de Baulhe, estando a sua localização definida na planta de localização anexa ao presente aviso. “Disposições regulamentares a suspender”. Para a área territorial sobre a qual se projecta a proposta de suspensão parcial do PDM, é suspensa disposição regulamentar do n.º 2 do artigo 27.º do Regulamento do PDM, que entrou em vigor no dia 16 de Dezembro de 2008, após a sua publicação do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 241, de 15 de Dezembro, de 2008.

Município de Cabeceiras de Basto, 28 de Julho de 2010. — O Vice-Presidente do Município, *Jorge Agostinho Borges Machado*, Dr.

Medidas Preventivas

Considerando o disposto na alínea *b*) do n.º 2, no n.º 3, no n.º 4, no n.º 8 do artigo 100.º, no n.º 2 do artigo 107.º e no n.º 3 do artigo 109.º, todos do Decreto-Lei n.º 380/1999, de 22 de Setembro, na redacção actual dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro, na área de suspensão delimitada nas plantas anexas, é proibida a realização de qualquer das acções enumeradas nas várias alíneas do n.º 4 do artigo 107.º do Decreto-Lei n.º 380/99, na sua actual redacção, com excepção das necessárias à concretização das instalações do Clube de Caça e Pesca de Basto, as quais devem cumprir os demais índices e parâmetros urbanísticos previstos no Plano Director Municipal de Cabeceiras de Basto para o espaço em causa. O prazo de vigência das medidas preventivas é de 2 (dois) anos a contar da data da sua publicação no *Diário da República*, prorrogável por mais 1 (um) ano, caducando com a entrada em vigor do Plano de Pormenor para a Área Industrial Programada de Morgade.

Ficam excluídas no âmbito de aplicação das medidas preventivas as acções validamente autorizadas antes da sua entrada em vigor.



MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL

Aviso n.º 16051/2010

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da Câmara Municipal, datado de 23/04/2009, foi concedida licença sem remuneração pelo período de um ano ao Assistente Operacional — Pedro Miguel Correia de Campos, com início em 01 de Junho de 2010, ao abrigo e nos termos ao artigo 234.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

Paços do Concelho de Carregal do Sal, 01 de Junho do ano de 2010. — O Presidente da Câmara, *Atilio dos Santos Nunes*.

303561532

MUNICÍPIO DE CORUCHE

Aviso n.º 16052/2010

Classificação do açude da Agolada e do açude do Monte da Barca como áreas protegidas de âmbito local

Dionísio Simão Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Coruche, faz público que, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, na sua reunião de 23 de Julho de 2010, aprovar a classificação do Açude da Agolada e do Açude do Monte da Barca como Áreas Protegidas de Âmbito Local, na tipologia de Paisagem Protegida, em conformidade com as indicações do ICNB, nos termos do disposto no artigo 15.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 142/2008.

Coruche, 26 de Julho de 2010. — O Presidente da Câmara, *Dr. Dionísio Simão Mendes*.

O Decreto-Lei n.º 197/80 veio definir e constituir como Sítios Classificados os Açudes do Monte da Barca e da Agolada.

Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 142/2008 torna-se necessário proceder à classificação dos Açudes nos termos das novas normas legais aplicáveis, a fim de evitar que os mesmos percam o estatuto anteriormente conferido.

Em conformidade com os estudos efectuados e que constituem parte integrante do presente diploma de classificação, quer o Açude do Monte da Barca, quer o Açude da Agolada constituem áreas com alta relevância final ao nível biológico.

Assim, a Câmara Municipal aprova, nos termos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008 a proposta de classificação dos Açudes do Monte da Barca e da Agolada.

Artigo 1.º

Classificação

São definidos e constituídos como Paisagem Protegida de âmbito local, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, os açudes do Monte da Barca e da Agolada, situados no município de Coruche, cujos limites, referenciados nas plantas anexas, são os seguintes:

a) Açude do Monte da Barca: seguem os caminhos agrícolas que, de um e outro lado da albufeira, distam cerca de 1 km desta; a norte estes limites são unidos pelo caminho agrícola que passa junto dos arrozais que se estendem a jusante do açude;

b) Açude da Agolada: seguem o caminho agrícola que passa a cerca de 300 m a poente do açude, no sentido norte-sul, desde 350 m a norte do açude até 750 m a sul do mesmo; inflectem no sentido poente-nascente em linha recta e numa extensão de cerca de 2050 m; seguem a linha de água para norte; tomam o caminho que passa junto do monte da Sesmária Nova; seguem nova linha de água para norte, e inflectem no sentido nascente-poente, em linha recta e numa extensão de cerca de 1550 m.

Artigo 2.º

Objectivos

Sem prejuízo do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Julho, constituem objectivos fundamentais da classificação das Paisagens Protegidas de âmbito local:

- A preservação das espécies e dos habitats naturais;
- A protecção e a valorização da paisagem;
- A promoção da investigação científica indispensável ao desenvolvimento do conhecimento dos valores naturais referidos, numa perspectiva de educação ambiental;
- A manutenção da integridade das Paisagens Protegidas e áreas adjacentes.

Artigo 3.º

Gestão

Para os efeitos previstos no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, as Paisagens Protegidas são geridas pelo Município de Coruche, sem prejuízo de vir a ser contratualizados com os proprietários, o desenvolvimento de acções de conservação activa ou de suporte.

Artigo 4.º

Plano de Gestão

As Paisagens Protegidas de âmbito local serão dotadas de um Plano de Gestão nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 142/2008 a elaborar no prazo de 3 anos, prorrogáveis por deliberação da Assembleia Municipal, a contar da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 5.º

Recursos financeiros, materiais e humanos

Os recursos financeiros, materiais e humanos serão definidos no Plano de Gestão, ouvidos os proprietários.

Artigo 6.º

Planos Municipais

A Câmara Municipal de Coruche elaborará Planos Municipais de Ordenamento do Território com vista a disciplinar o Ordenamento das Paisagens Protegidas de Âmbito Local.

Artigo 7.º

Acções proibidas ou sujeitas a parecer

Até à entrada em vigor dos Planos referidos no artigo anterior, vigorarão as seguintes restrições:

1 — Dentro dos limites das áreas classificadas são proibidas as seguintes actividades:

a) A instalação ou ampliação de depósitos de ferro-velho, de sucata, de veículos, de areia ou inertes ou de outros resíduos sólidos que causem impacto visual negativo ou efeitos negativos no ambiente;

b) O abandono, depósito ou vazamento de entulhos ou sucatas ou quaisquer outros resíduos não urbanos;

c) A alteração da configuração dos Açudes;

d) O depósito ou lançamento de águas residuais industriais ou domésticas na água, no solo ou no subsolo, sem tratamento adequado ou de forma susceptível de causar efeitos negativos no ambiente;

e) A obstrução de qualquer tipo de passagem nos caminhos públicos e de acesso às linhas ou aos planos de água;

f) A realização de queimadas ou outros fogos, excepto nas áreas com infra-estruturas a isso destinadas ou para prevenção de fogos, e o lançamento de foguetes ou balões com mecha acesa, bem como outras actividades pirotécnicas;

g) A prática de actividades desportivas motorizadas susceptíveis de provocarem poluição sonora ou aquática ou que pela sua natureza específica ponham em risco objectivo os valores naturais presentes na área protegida, nomeadamente as competições de motonáutica que utilizem embarcações a motor desprovidas de dispositivos antipoluição, as competições de motociclismo que utilizem motocicletas e ciclomotores especialmente concebidos para a utilização em todo-o-terreno e as modalidades de desporto automóvel que se destinem a veículos todo-o-terreno.

2 — Dentro dos limites das áreas classificadas ficam sujeitas a parecer favorável da Câmara Municipal de Coruche a prática das seguintes actividades:

a) A alteração à morfologia do solo, nomeadamente por novos povoamentos florestais ou sua reconversão, escavações ou aterros, abertura de poços, furos e captações, exceptuando as actividades previstas no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, nomeadamente pontos de água destinados ao combate de incêndios florestais;

b) A modificação do coberto vegetal através da realização de cortes rasos de povoamentos florestais, bem como pela redução do coberto arbóreo ou arbustivo e pelo corte individual de espécies arbóreas e arbustivas autóctones, exceptuando as situações de prevenção devidamente enquadradas em instrumentos válidos de ordenamento florestal, as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios e as operações de manutenção e limpeza das faixas de protecção a infra-estruturas de suporte a actividades de interesse geral decorrentes da aplicação de disposições legais e regulamentares;

c) A instalação de infra-estruturas de produção, distribuição e transporte de energia eléctrica, aéreas ou subterrâneas, de telecomunicações, de armazenamento e transporte de gases, águas e combustíveis, de saneamento básico ou de aproveitamento energético;

d) A abertura de novas vias de comunicação ou acesso, bem como o alargamento ou a correcção de perfil das já existentes, exceptuando os melhoramentos da rede viária no que diz respeito ao socorro e à emergência, nomeadamente no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios;

3 — A autorização a que se refere o número anterior não dispensa quaisquer outros condicionamentos legalmente exigidos.

4 — Não carecem da autorização a que se refere o n.º 1 quaisquer trabalhos que digam respeito ao exercício das actividades agrícolas, de acordo com os sistemas de exploração actualmente existentes.

Artigo 8.º

Fiscalização e aplicação de Contra-Ordenações

1 — As funções de fiscalização e aplicação de coimas obedecem ao disposto no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 142/2008.

2 — A aplicação das coimas não exonera o infractor da obrigação de demolir as obras ou trabalhos efectuados, quando não possam ser autorizados.

3 — Se o infractor se recusar a demolir as obras ou trabalhos efectuados para que foi intimado, a Câmara Municipal de Coruche mandará proceder à demolição, apresentando a relação das despesas para cobrança do infractor.

Artigo 9.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua aprovação na Assembleia Municipal de Coruche.

303530258

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO**Aviso n.º 16053/2010**

Em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º e em cumprimento do n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, notificam-se os interessados de que se encontram afixados em local visível e público e na página electrónica deste município (www.cm-entroncamento.pt) a lista unitária de ordenação final dos candidatos a que se refere o procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 1147/2010, publicado no *Diário da República* n.º 11, 2.ª série, de 18/01/2010.

Entroncamento, 7 de Julho de 2010. — O Presidente do Júri, *Vitor Manuel Bernardo Frutuoso*.

303457545

Aviso n.º 16054/2010**Lista unitária de ordenação final**

Para os efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para constituição de relação de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de um posto de trabalho na carreira de assistente operacional (apoio administrativo no pavilhão desportivo), aberto por aviso n.º 854/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8 de 13/01/2010, homologada por despacho do Presidente da Câmara datado de 09/07/2010:

Candidato Aprovado

Jaime António Ferreira Amaro 13,6 valores

Candidatos Excluídos

Adelino José Casimiro Crespo a)

Ana Cristina Mendes Soeiro a)

Ana Mafalda Pereira de Brito a)

Ana Rita Domingos Galinha a)

Bárbara Sofia Triães Catarino a)

Elsa Catarina Gaspar F. Duarte Nunes a)

Isabel Margarida Rosa Pedro Jorge b)

Isabel Maria José Sousa a)

Janine Leónia Almeida Henriques de Macedo Basílio b)